



grupo parlamentar

NOTA DE IMPRENSA

Governo da República deixa processo de descontaminação da Terceira à deriva, alerta Mónica Seidi

O processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira “está à deriva” e o Governo da República, do Partido Socialista, está a revelar “desconhecimento profundo” sobre o modo como este processo deveria estar a ser conduzido a bem da sua resolução.

O alerta é de Mónica Seidi, deputada do Grupo parlamentar do PSD/Açores eleita pela Terceira, que apresentou, no Parlamento açoriano, um voto de protesto pelas sucessivas declarações proferidas por vários ministros do Governo da República no âmbito da discussão política e pública sobre este processo.

O PS foi o único partido a votar contra essa iniciativa do PSD/Açores.

Segundo a deputada social-democrata, a atuação do Governo da República tem sido “escassa e insuficiente para que finalmente se possa avançar, de forma eficaz, na descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória”, afirmou, frisando que passou um ano e dois meses desde a assinatura, em abril de 2016, de uma declaração conjunta entre o Governo Regional e o Governo da República na qual a República assumiu a responsabilidade de lidar com o passivo ambiental resultante da presença militar norte-americana na Base das Lajes.

Mónica Seidi considera que as declarações de vários membros do Governo da República são a prova de que “o processo está à deriva, não reúne consenso” e de que existe uma “absoluta falta de interesse e de estratégia que culmina, até ao momento, numa total incapacidade de negociação com os Estados Unidos da América”.

Em fevereiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, a propósito das verbas previstas no Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira para o processo de descontaminação, considerou que estas mesmas verbas “valem zero”.

Em março, o ministro da Defesa, Azeredo Lopes, admitiu desconhecer os resultados das análises que confirmaram a contaminação de solos e aquíferos e, na última semana, proferiu declarações “mais uma vez infelizes” ao tentar “ridicularizar e diluir a importância nacional das questões da Base das Lajes e dos Açores”, além de se ter referido a um jornal editado e publicado na Terceira como “coisa”.

Em abril, o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, ilibou o Governo da República de responsabilidades neste processo, remetendo-as para o Governo Regional dos Açores.

“Estas declarações são inaceitáveis e merecem da parte do PSD/Açores um voto de protesto, uma vez que foram proferidas por membros do Governo que deveriam ser uma voz ativa e unânime na resolução deste problema em vez de se constituírem, como se verificou, uma verdadeira afronta à nossa Autonomia”, afirmou Mónica Seidi.

Horta, 13 de julho de 2017

Laurénio Tavares

Secretário do Grupo Parlamentar do PSD

ltavares@alra.pt